

Ata da reunião extraordinária do CME – 31 de outubro de 2024

No dia trinta e um de outubro de dois mil e vinte e quatro, iniciou-se via *online* às 14h20, com previsão de duas horas, das 14h às 16 h, a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Educação da cidade de Marília-SP, com a participação dos membros do conselho: Presidente José Carlos (e por ele conduzida), Vice Presidenta Walkiria Martinez Heinrich Ferrer, Denise Lopes, Marcelo de Souza Fermino, Thaís Caroline Ataide Lacerda, Cin Falchi (sociedade civil/sindicato), Bárbara Monteagudo, Karina Carrião, Rafael Teixeira (sociedade civil/sindicato), Tânia Brabo, Anderson Leão e Francine Duran.

O presidente José Carlos oficializa o retorno dele e de Francine Duran na representatividade como Presidente e Primeira Secretária no CME, respectivamente. Francine, no entanto, declarou que está presente na reunião *online*, mas que não poderia estar presente porque está de atestado e disse ainda que não continuará como membro do conselho.

A partir do primeiro ponto de pauta, o presidente questionou os presentes se continuarão como membros do conselho. Walkiria fez um pedido a todos que confirmarem continuidade no conselho, que o façam com consciência e com o intuito de participação, já que nas últimas reuniões a presença dos membros foi muito falha. Thaís confirmou sua permanência como membro, Tânia Sueli Brabo disse estar com problemas de saúde, inviabilizando sua permanência no conselho. Marcelo Fermino confirmou sua permanência, Karina confirmou sua permanência até o final do ano devido a troca de gestão (pois haverá outra indicação da categoria que ela responde até dezembro). Anderson Leão chegou adentrou a reunião minutos depois e, por isso, não foi perguntado sobre sua permanência.

José Carlos ponderou que com os membros presentes em reunião, poderá seguir as atividades. Falou sobre as vagas de membros do CME dos professores do Estado e perguntou se terá de haver alguma indicação para o conselho. Bárbara respondeu que a indicação de vaga poderá ser solicitada à Apeoesp. Cin Falchi observou que no caso da Francine, a indicação deverá ser feita via sindicato e a secretaria da educação deverá ser notificada (oficialmente).

A segunda pauta foi a denúncia feita via *WhatsApp* envolvendo professores. Walkiria avisou que a equipe de transição entrou em contato para fazer uma reunião do conselho e nessa reunião, foram colocadas outras situações sobre professores da rede. O conselho criou um documento levantando essas questões e que foram lidas em reunião. As questões, em suma, são: a situação funcional de um servidor (EMEF); reclamação de pais nas reuniões das escolas sobre a situação da falta de professores e o alto afastamento dos professores devido insegurança e remoção de cargo devido a

dois concursos. Denise completou as informações do documento e iniciou falando sobre o professor Ricardo que procurou o conselho e falou sobre outras situações. Destacou a mudança para a escola integral e indicou que se o profissional faltar ou ficar doente, perde o período de jornada. Outra questão, foi a escolha que deram aos professores continuarem ou não nas escolas de regime integral e constatou que deve ter aumento de salário e não de jornada (insalubre). Os professores que buscaram outras escolas tiveram a garantia de horário e condições no início (2022-2023) por alguns meses, no entanto, alguns professores ficaram sem espaço na escola, tendo de se remover novamente. Denise disse ainda que é uma condição precária, pois, nessa situação, os professores são classificados por últimos, mesmo quando concursados há muitos anos. Denise falou de sua própria experiência e disse que ficou adida novamente após a implementação do novo regime integral. Os professores não foram organizados com essa mudança e nem houve um planejamento, o que vem gerando uma situação insustentável para esses profissionais. Denise disse que o caso dela foi resolvido neste ano, mas que não sabe como será no próximo ano, pois não levam em consideração seu tempo de trabalho na rede. Os professores ficam mudando de uma escola a outra e isso é desgastante.

Dois posicionamentos dos membros do conselho na reunião (Denise, Walkiria) é, primeiro, que esse regime deve ser revisto (não atende de verdade ao que é exigido) e repensar a quantidade de horas (somadas em 9 horas e meia de trabalho, já que não pode sair no horário de almoço que é de trinta minutos), e também deixar como opcional dentro das escolas de tempo integral às pessoas que decidirem trabalhar no período integral, sem obrigação. Denise falou sobre os dados da quantidade grande de pedidos de licença após essa mudança. Há um sobrecarregamento geral do trabalho. Lembrou ainda que os concursos foram feitos para o trabalho de 5 horas na escola, e não para a carga horário exigida hoje.

Walkiria observou que é importante a manifestação do conselho e pediu opinião dos presentes. Bárbara falou que fez uma análise em resposta ao sindicato sobre a carga horária dos professores e afirma que contraria todas as leis. Professores estão trabalhando 60 horas semanais e essa jornada por lei não existe (lei da constituição é de, no máximo, 44 horas semanais). Na lei nacional o magistério é de 40 horas, e 1/3 de atividade pedagógica. Disse ainda que não sabe como essa situação se mantém quando passam pelas instâncias superiores e legais. Pediu para resgatar o documento de análise e pediu o envio do documento reiterando os preceitos da documentação do conselho (necessário repensar a matriz curricular, pois prevê que um único professor dê todas as aulas, o que é insano devido às imensas dificuldades apresentadas; frente a jornada de 9 horas deverá ter um quadro maior de professores para trabalharem uma jornada prevista em lei, logo deve ter contratação de mais professores, com diversidade de formação); afirmou que há um desgaste muito grande dos professores e alunos; e que não entende como é possível que com tanta informação e produção acadêmica sobre o

assunto essa situação se mantenha, pois não deveria existir. Bárbara ressaltou que o regime de exploração está imposto pela própria instituição e essa discussão é urgente. Deve-se resgatar todas as deliberações e buscar reunião com o novo secretário e com os vereadores do município.

Outro ponto levantando por Bárbara é a avaliação do plano municipal de educação, deve-se convocar a secretaria e apresentar os dados de todos os pontos previstos no plano para saber quais avançaram ou não (cumprimento do plano nacional de educação).

Cin Falchi observou que as reuniões estão sendo feitas desde o ano passado sobre a escola de tempo integral e falou da atuação do sindicato, tentando a comunicação com a secretaria sem sucesso, resultando no envio de denúncia e pela movimentação judicial pela não comunicação da secretaria. Informou de uma reunião feita no final do ano passado e disse que estão mais uma vez evidenciando no conselho como estão sendo feitas. Foi falado que não importaria a deliberação do conselho. Para ele a secretaria não deve ser apenas notificada, mas questionada do seu trabalho frente ao conselho. Os enfrentamentos acabam deixando de ser um dos órgãos prioritários do município. O tribunal de contas realmente fez vários apontamentos, com várias contas não passando pelo seu crivo. Cin pontuou as relações políticas que permeiam essa situação e reforça sua fala enquanto sindicato, pois se evidencia novamente a situação já discutida anteriormente, mas também se expandiu para a EMEI na mesma lógica e ritmo (crianças pequenas e bebês). Logo a situação é complicada e vê a importância do conselho se movimentar, senão, solicitar ao ministério público, ao conselho nacional. É viabilidade para a população, o conselho é uma legislação não sendo respeitada, assim como várias outras.

Marcelo pediu a palavra e endossou da fala da Barbara e evidenciou o trabalho de bastidores que aconteceu em dezembro para que fosse publicado o documento do conselho. Observou ainda que foi criticado e falou que o documento foi elaborado pelo conselho e publicado pelo conselho. Disse ainda que no final do ano passado houve a reunião sobre a construção do projeto de escola em tempo integral. Frente a contribuição e estudo da Barbara sobre a questão da carga horária de atendimento dos alunos e o currículo a ser abordado (além do enquadramento da carga horário do professor que passaria ser de 56h quando a legislação garante as 40 horas com 1/3 de dedicação extraclasse), a secretaria, por meio de representante, decidiu que não acataria as deliberações do conselho porque o secretário executaria segundo o que considerava pertinente às demandas do projeto. Disse que houve um embate de membros da secretaria que acusou o conselho de criar um entrave sobre o repasse das verbas caso não ocorresse.

Marcelo ressaltou ainda que as verbas que a prefeitura recebeu se deve exatamente pelo conselho existir. Ademais, o conselho existe para discutir as demandas da educação e promover os debates para melhoria do ensino. Pontuou sobre o quanto a deliberação repercutiria e ele deixou bem claro que

não era responsabilidade do conselho sobre as exigências (aprovou a reforma de como estava). As verbas foram para contratar mais professores e a publicação exata e completa da deliberação. Indicar o descumprimento da deliberação do conselho era importante para receber as verbas federais pelo município.

Marcelo ressaltou que um dos principais pontos de atenção deve ser a UNCME e a constituição do fórum de educação no município. Lembrou que foi questionado por que o município não tem o fórum de educação pela UNCME. Disse que ficou estarecido com a situação declarada pela Denise. Como ele ficou trabalhando na conferência da educação e no plano de educação no ano passado, faltou tempo para ouvir o pessoal. O fórum é importante para promover as conferências e o conselho pode progredir para além desse diálogo. O pedido foi feito para o pessoal de transição na realização do fórum.

José Carlos disse que os professores que não ficam na escola integral e são remanejados, tem na zona sul três escolas parciais de EMEF e disse ser oito vagas de adidos, não tem vaga para remoção. O professor fica sem lugar para assumir e trabalhar. Perguntou onde faltam professores e porque estão sobrando.

Denise pediu a palavra e já que o Anderson não está na reunião naquele momento, disse estar com ele dialogando para apresentar um documento a ser apresentado à próxima gestão. Observou que há muitos pontos a serem revistos e observou de politicamente podem ser medidas consideradas impopulares.

José Carlos disse que se deve pensar nos professores com dois cargos que podem ser aproveitados nas lacunas de professores. Disse que o documento será feito e lembrou que a remoção acontecerá do dia 4 a 8 de novembro, alterando o corpo docente que deverá optar por exoneração ou afastamento.

Sobre a última pauta das demandas do conselho, reforçou que o conselho precisar acolher as demandas e fazer um levantamento do que for necessário para documentar e elaborar um requerimento para ser enviado tanto para a saúde do trabalhador, tanto para secretaria sobre os professores adidos (como seria seu enquadramento já que muitos desses não querem estar em escola integral).

Denise pediu o cuidado para o encaminhamento das questões. Retomou os pontos para organização: derrubada do decreto n. 13.993 de 2023 sobre o recesso, a jornada de trabalho de tempo integral; proposta de que não seja obrigatório o trabalho nas escolas de tempo integral; aproveitamento dos professores que têm dois cargos; tempo de contagem para atribuição (tempo de rede e não de casa); o período de extraclasse (pensar em negociação de tempo), essa última questão também tem sido constante de denúncia ao sindicato, como observou Cin; transporte escolar para pessoas com deficiência e a desconsideração da escola mais adequada ao aluno (observado pela Bárbara); sobrecarga de escolas com alunos com necessidades especiais (a

distribuição não é feita de forma adequada e deve ainda respeitar e geolocalização, o que ocorre nas EMEF e EMEI, observado por José Carlos). Bárbara observou que não há transporte de alunos das 14h às 15h, que seria horário de almoço dos motoristas (implica as salas de recursos). Barbara falou das crianças autistas que se adequam numa escola e precisam sair devido a mudança de residência. Essas crianças acabam não sendo atendidas nos seus direitos (lei estadual, pois o impedimento é pelo decreto municipal), a educação especial precisa ser discutida pela alta demanda, pelo conselho e sociedade civil. Outra questão é que as escolas devem ser inclusivas e não querer ser polos de atenção especial.

Cin pediu a palavra e disse que o que acontece é que as profissionais IEEs (cerca de 40-50) atendem na escola dentro da sala de aula, a depender do caso, atendem na sala de recurso e no CEMAE com os atendimentos de profissionais da saúde. Disse que a legislação impossibilita questionamentos pela itinerância, e disse que pode ser dialogado para a mudança na nova gestão pelo conselho com propostas efetivas, além de acompanhar as modificações. Com relação ao transporte, Cin disse que é outro ponto de muito embate. Servidores e servidoras dialogam com o sindicato e evidenciam questões específicas das crianças atendidas pela educação especial.

Marcelo selecionou seis produções diferentes e sugere a elaboração de seis documentos diferentes para entregar para a equipe de transição, sendo: 1) legislação específica do atendimento educacional especializado, abrangendo o transporte; 2) recesso do decreto que merece legislação específica; 3) escola de tempo integral (e todas as questões envolvidas e discutidas) indicando o descumprimento da deliberação do conselho; 4) desrespeito ao calendário escolar; 5) tempo para atribuição para o professor, considerando o de rede e não de casa, merecendo uma legislação específica; 6) discussão para organização de um fórum para o bom caminhar do conselho.

José Carlos perguntou se havia algum outro ponto de debate para fazer os encaminhamentos e deliberações.

Anderson pediu a palavra e lembrou que a LDB deliberou sobre os conselhos escolares do município (redes estadual e municipal), sendo que as duas redes estão omissas, já se passaram 14 meses dessa aprovação. Anderson sugere que seria oportuno começar esse debate ao menos, e que se trata da lei 14.644. Denise pediu para fazer uma indicação pedindo para que as pessoas que forem assumir a nova gestão tenham o cuidado de não pressionar os profissionais da educação que já sofrem muitas ameaças por opiniões consideradas divergentes da gestão municipal.

Cin pediu para falar sobre o requerimento para a secretaria sobre uma quantidade muito grande de ADEs de assédio moral. Pediram que a secretaria conversasse com os gestores devido a situação. Lembrou que se o conselho conseguir evidenciar essa pauta e que o sindicato estará à disposição. Há um alto índice de adoecimentos dos profissionais e de tentativas de suicídio. José

Carlos ressaltou as dificuldades dos alunos também pela falta de professores em sala de aula.

Às 15h54 José Carlos sugeriu encerrar a reunião e solicitou marcar a data da próxima reunião. Deliberou-se que as reuniões passarão a ocorrer toda última quinta-feira do mês. A próxima reunião ficará marcada para o dia 28 de novembro.

Os encaminhamentos foram votados em unanimidade dos membros presentes. A reunião foi finalizada às 16h00 pelo presidente e a ata por mim, Thaís Caroline Ataíde Lacerda, segunda secretária, lavrada.

Membro (Art. 3º da Lei Municipal 6.639/2007)		Portaria Nº 04 DE 23/04/2024	Assinatura
I – 01 da Secretaria Municipal de Educação	Titular	DANIELA RIGOLDI DEL NERO MOTA	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
	Suplente	FLÁVIA LOPES DE CERQUEIRA GIMENES DE OLIVEIRA	AUSENTE
II - 01 da Diretoria Regional de Ensino	Titular	BÁRBARA CIBELLI DA SILVA MONTEAGUDO	
	Suplente	MARCELO DE SOUZA FERMINO	
III – 01 dos Supervisores de Ensino	Titular	GISELE GELMI	AUSENTE
	Suplente	KARINA CARRIÃO GOMES DE OLIVEIRA	
IV – 02 dos diretores de Escolas Estaduais	Titular	VANESSA ALVES DO PRADO	AUSENTE
	Suplente	-----	-----
V – 02 dos diretores de escolas municipais	Titular	ANDERSON LEÃO	
	Suplente	ÉRIKA CHRISTINA KOLE	AUSENTE
VI – 02 dos professores	Titular	CLEBER BARBOSA DA SILVA CLARINDO	AUSENTE

de escolas estaduais	Titular	LINCOLN MENEZES DE FRANÇA	AUSENTE
VII – 02 dos Professores de escolas municipais	Titular	DENISE LOPES	
	Titular	JOSÉ CARLOS DA SILVA	
	Suplente	-----	-----
	Suplente	-----	-----
IX – 01 dos servidores de escolas municipais	Titular	LUCIANA VIEIRA DA SILVA	AUSENTE
	Suplente	FRANCIELLE LUZIA DE SOUZA DURAN	
X – 01 dos pais de alunos de escolas estaduais	Titular	ARIANE PICHINIM DE ALMEIDA SERAFIM	AUSENTE
	Suplente	RÚBIA DOMINGOS LOPES	AUSENTE
	Suplente	MÁRCIO FERNANDES MADEIRA	AUSENTE
XII – 01 dos pais de alunos das escolas particulares	Titular	-----	-----
	Suplente	ANA CAROLINA DE SOUZA MANSOLELI	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
XIV – 01 das universidades públicas	Titular	EMERY MARQUES GUSMÃO	AUSENTE
	Suplente	TÂNIA SUELY ANTONELLI MARCELINO BRABO	
XV – 01 das universidades particulares	Titular	THAÍS CAROLINE ATAIDE LACERDA	
	Suplente	WALKÍRIA MARTINEZ HEINRICH FERRER	



Documento assinado digitalmente
THAIS CAROLINE ATAIDE LACERDA
 Data: 12/11/2024 10:24:00-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

XVI – 01 das associações moradores	Titular	TEREZA APARECIDA MACHADO	AUSENTE
	Suplente	SÍLVIO SILVÉRIO FEITOSA DE FREITAS	AUSENTE